



OS POVOS INDÍGENAS A PARTIR DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL E DOS PROCESSOS DE ACULTURAÇÃO

CARPES, Shana Francesca Nascimento¹; CAMARGO, Maria Aparecida Santana²

Palavras-Chave: Civilização. Colonização. Etnia. Inclusão.

Esta pesquisa é de caráter bibliográfico e de cunho qualitativo e foi desenvolvida na Disciplina de Antropologia do Curso de Pedagogia/PARFOR da UNICRUZ. Tem como objetivo abordar aspectos da população indígena brasileira após a chegada dos portugueses em 1500. Historiadores afirmam que antes da chegada dos europeus à América, havia aproximadamente 2,5 milhões de índios no continente. Após o período de colonização, essa população começa a decrescer progressivamente, não se tendo notícias de quantos grupos desapareceram. Segundo informações de Darcy Ribeiro, antropólogo e pesquisador com várias obras publicadas sobre a temática indígena, em meio século (1900 a 1957), desapareceram 87 grupos indígenas do território brasileiro. Hoje estes povos não representam mais que 0,2% da população. Os índios formam uma etnia minoritária, com características individualizantes, que, na verdade, dificilmente se diluem na sociedade brasileira. Estes índios brasileiros estavam divididos em tribos, de acordo com o tronco linguístico ao qual pertenciam: Tupi ou Tupi-Guarani, Macro-jê ou Tapuia, Aruák e Karib, sendo que o Tupi é o tronco linguístico de maior influência no contexto em questão. O contato índios e não-índios deu origem a um processo de aculturação, que, por sua vez, tem favorecido os civilizados (cultura dominante) em detrimento dos grupos tribais (subjugados), os quais vêm sofrendo os efeitos da destruição, da depopulação, da desorganização tribal, etc. O conceito de aculturação é utilizado por volta do início do século XX pela antropologia alemã e a partir de 1928 pelos antropólogos anglo-saxões. Estas concepções começam a atingir o meio acadêmico brasileiro somente em 1953. A unidade linguística litorânea favoreceu sobremaneira o colonizador que, no decorrer do século XVI, apropriou-se das terras e do indígena como mão de obra indispensável. Desenvolveu-se entre índios e brancos o escambo (comércio baseado na troca de mercadorias), que quando se tornou inoperante, transformou os índios em escravos até meados do século XVIII. A expansão pastoril contribuiu para despovoar e descolonizar o Nordeste, assim como outras regiões, de onde o homem (índio) era tirado para ceder lugar ao gado que se multiplicava. A introdução de mão de obra negra, entre outras, levou à extinção da escravidão indígena em 1757 e à expulsão dos jesuítas do Brasil. Na metade do século XIX, após tal fato, o interesse econômico foi canalizado para a extração da borracha e, mais uma vez, a mão de obra indígena não foi dispensada. Só nos últimos anos do século XIX, é que, pela primeira vez, o índio passa a receber tratamento humanístico, a partir da atuação de Rondon e seus colaboradores, processo que vai estender-se pelo século XX, o qual, no entanto, ainda não se consolidou com a inclusão do indígena na sociedade contemporânea brasileira.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia/PARFOR da UNICRUZ. E-mail: nica_carpes@hotmail.com

² Prof^ª. Dra., Orientadora e Líder do GPEHP da UNICRUZ. E-mail: cidascamargo@gmail.com